



EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE ATIVIDADES
INDUSTRIAIS DO COPAM - CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA
AMBIENTAL DE MINAS GERAIS

PROCESSO Nº 429/1999/006/2003

REFERÊNCIA: AI nº 00603/2003

CAL OESTE LTDA, empresa de mineração localizada na
Rodovia MG-439, KM 4,5 Córrego Fundo/MG, inscrita no CNPJ sob o
nº16.784.001/0001-04 vem, respeitosamente, perante V. Exa. apresentar
seu

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

nos termos da Lei Estadual nº 7.772/80, c/c Decreto Estadual
nº39.424/98 de 19/06/2002, com nova redação dada pelo Decreto
Estadual nº 43.127/2002, pelos motivos fáticos e jurídicos a seguir
expostos:



UNIVERSUS

1 SOCIEDADE
DE ADVOGADOS

Rua Topázio, 37/casa 02. Bairro Prado.

CEP 30410-280. Belo Horizonte, MG.

Telefax (31) 3313 8045 - 3372 5000.

universus@veloxmail.com.br



RELATÓRIO

Desde novembro de 2001 a **Recorrente** vem diligenciando no sentido de obter o licenciamento ambiental pertinente à utilização de Forno Vertical para Calcinação em seu empreendimento.

Verifica-se no **Formulário de Caracterização de Empreendimento - FCE** protocolado em 08 de novembro de 2001 (**doc. anexo**), bem como no **Formulário de Orientações Básicas - FOB**, emitido nesta mesma data, que a licença pertinente ao empreendimento **Recorrente** seria a **Licença de Instalação (LI)**.

Com a entrega dos documentos solicitados no FOB (Recibo anexo) foi formalizado o processo nº00429/1999/005/2003 para obtenção da Licença de Instalação.

Aos **13 de agosto de 2003** a **FEAM** realizou uma vistoria no empreendimento, tendo sido lavrado o **Auto de Fiscalização nº001758/2003**, onde constatou-se o seguinte:

" Sobre a avaliação técnica o F-1 possui sistemas de tratamento anti-polvente consistindo de ciclone e lavador, de acordo com RCA/PCA, a matéria prima será carregada no forno por correias transportadoras e o peneiramento da brita calcária está confinada. Diante do exposto, "tecnicamente" o F- 1 está de acordo com as prevenções ambientais e o local é adequado."



2 UNIVERSUS
SOCIEDADE
DE ADVOGADOS



Rua Topázio, 37/casa 02. Bairro Prado.
CEP 30410-280. Belo Horizonte, MG.
Telefax (31) 3313 8045 - 3372 5000.
universus@veloxmail.com.br

22
23

Entretanto, a despeito do constatado, foi lavrado o auto de infração ora guerreado em **18/08/2003** sob o argumento de que supostamente estaria praticando a infração descrita no **artigo 19, §2º, item 1 do Decreto nº39.424/98**, com nova redação dada pelo **Decreto nº43.127/2002**, segundo o qual:

"Art.19 São consideradas infrações graves:

1. Instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação emitidas pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;

A defesa foi tempestivamente apresentada, contudo, julgada improcedente, e aplicada penalidade de multa no valor de **R\$9.577,43 (nove mil quinhentos e setenta e sete reais e quarenta e três centavos).**

Ressalte-se que em **23/02/2005** o pedido de licenciamento ainda não havia sido analisado, sendo que os técnicos da FEAM orientaram a **Recorrente** a protocolar um novo **FCEI (doc. anexo).**

É o breve relatório.

[Assinatura]



UNIVERSUS
SOCIEDADE
DE ADVOGADOS

3

Rua Topázio, 37/casa 02, Bairro Prado,
CEP 30410-280. Belo Horizonte, MG.
Telefax (31) 3313 8045 - 3372 5000.
universus@veloxmail.com.br

23
A.

RAZÕES DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

1º) Insubsistência do Auto de Infração:

O art. 16, inciso III do Decreto Estadual 39.424/98

preceitua que:

"Art.16 aos agentes dos órgãos seccionais de apoio compete:

(...)

III - lavrado de imediato o auto de fiscalização e o de infração, se for o caso, fornecendo cópia ao atuado, contra recibo". (grifo nosso)

Entretanto, tal determinação não se verifica presente no caso em tela, haja vista que, como o próprio auto de infração afirma, a fiscalização foi realizada no dia **13 de agosto de 2003**, sendo o **Auto de Infração nº 000603/2003** lavrado **cinco dias depois** da vistoria, ou seja, em **18 de agosto de 2003**, o que demonstra o flagrante desrespeito ao dispositivo legal retro-citado.

O Representante legal da empresa, **Sr. Ryder Pereira Filpi** estava presente no momento da fiscalização, tanto que é ele quem assina o Auto de Fiscalização nº1758. Portanto, inexistem motivos para a lavratura extemporânea do auto de infração ora guerreado.

O art. 16, inciso III do Decreto Estadual 39.424/98 é claro quando preconiza que o auto de fiscalização deve ser lavrado de



4 UNIVERSUS
SOCIEDADE
DE ADVOGADOS

Rua Topázio, 37/casa 02. Bairro Prado.
CEP 30410-280. Belo Horizonte, MG.
Telefax (31) 3313 8045 - 3372 5000.
universus@veloxmail.com.br

filpi



imediatamente, no ato da fiscalização, e o auto de infração, se for o caso, da mesma forma, de imediato, em ato contínuo ao da vistoria.

Palavras desnecessárias não existem na lei. Se o legislador assim determinou, é porque em seu entender o auto de infração deve refletir a situação do empreendimento no momento da fiscalização.

Enquanto aos particulares é lícito fazer tudo aquilo que a lei não proíbe, a Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. Uma vez que a lei não autoriza a lavratura do auto de infração dias após a fiscalização, indubitável que referido auto é manifestadamente **ILEGAL**.

2º) Não aplicação da penalidade de Advertência:

A penalidade de multa foi imposta à **Recorrente** antes de qualquer outra sanção, contrariando assim o que preceitua a **Lei Estadual nº7.772/80**, e seu **Decreto Regulamentador nº39.424/98**.

O **art. 15** e incisos, da **Lei nº 7.772/80** assevera que as infrações serão classificadas em **leves graves ou gravíssimas** levando-se em conta as suas consequências, as circunstâncias e os antecedentes.

O **inciso I do Art. 16** da referida Lei, vai além, e estabelece que as infrações de que trata o **artigo 15** **serão punidas inicialmente, com advertência, por escrito, antes da efetivação das**





medidas indicadas, para o restabelecimento, no prazo fixado, das condições, padrões e normas pertinentes, senão vejamos:

"Art. 16. Sem prejuízo das cominações cíveis e penais cabíveis, as infrações de que trata o artigo anterior serão punidas com as seguintes penas:

I - ADVERTÊNCIA, por escrito, ANTES da efetivação das medidas indicadas neste artigo para o restabelecimento, no prazo fixado, das condições, padrões e normas pertinentes;

II- multa de 379,11 (trezentos e setenta e nove virgula onze) UFIR's a 70.000 (setenta mil) UFIR's, observado o disposto no art.15 desta Lei;

III- Suspensão das atividades, salvo nos casos reservados à competência da União.

Portanto, independentemente da gravidade da infração administrativa cometida (se leve, grave ou gravíssima), deverá ser aplicada primeiramente a penalidade de **ADVERTÊNCIA**.

Nessa mesma linha, **art. 18 do Decreto Estadual nº39.424 de 5 de fevereiro de 1998** não deixa dúvidas:

"Art.18. Aos infratores dos dispositivos da Lei nº7.772 de 8 de setembro de 1980, deste Regulamento e das demais normas deles decorrentes, serão aplicadas as seguintes penalidades, sem prejuízo das cominações cíveis e penais cabíveis:



UNIVERSUS
SOCIEDADE
DE ADVOGADOS

6

Rua Topázio, 37/casa 02. Bairro Prado.
CEP 30410-280. Belo Horizonte, MG.
Telefax (31) 3313 8045 - 3372 5000.
universus@veloxmail.com.br

26

I - ADVERTÊNCIA nos termos do inciso I, do art. 16 da Lei nº7.772 de 8 de setembro de 1980"

Assim sendo, resta claro que no presente caso, a forma utilizada quando da aplicação da penalidade foi equivocada e incompatível com a Legislação vigente, pois, em se entendendo pela aplicação de alguma penalidade, deveria ter sido aplicada a pena de ADVERTÊNCIA e não a penalidade de multa.

Não bastassem os dispositivos legais supracitados, ressalte-se ainda o que preceitua a **Deliberação Normativa COPAM/Nº61 de 12 de Dezembro de 2002**, que estabelece em seu art. 1º :

"Art.1º Os órgãos seccionais encarregados de fiscalizar o cumprimento das normas de proteção e conservação do meio ambiente aplicarão a penalidade de advertência, nos termos desta Deliberação Normativa, às infrações de natureza leve ou grave, cometidas no âmbito das respectivas competências, conforme o item 7, parágrafo 1º do art.28 do Decreto Estadual 39.424, de 13 de março de 1998.

Parágrafo único: desde que não importem em danos efetivos ao meio ambiente serão passíveis de advertência as infrações tipificadas pelo itens 1 e 2 do parágrafo 1º, e 1, 2 e 3 do parágrafo 2º do artigo 19 do Decreto Estadual nº39.424 de 05 de fevereiro de 1998.



UNIVERSUS
SOCIEDADE
DE ADVOGADOS

7

Rua Topázio, 37/casa 02. Bairro Prado.
CEP 30410-280. Belo Horizonte, MG.
Telefax (31) 3313 8045 - 3372 5000.
universus@veloxmail.com.br

Induvidoso que, no presente caso é plenamente aplicável o dispositivo supracitado, pois, a **Recorrente** foi autuada com base no **art.19, §2º, item 1**, e o Auto de Fiscalização constata a inexistência de danos efetivos ao meio ambiente.

Portanto, em se entendendo pela aplicação de alguma penalidade, a cabível ao caso em tela é a **ADVERTÊNCIA**, e não a penalidade de multa.

2º) Inexistência de situações Agravantes:

Conforme se depreende do **Auto de Infração** ora combatido, a época dos fatos o empreendimento em tela era **considerado de Pequeno Porte**. De acordo com a **Deliberação Normativa nº64/2003**, as **infrações graves** cometidas por empreendimentos de pequeno porte variam de **R\$3.193,36** (três mil cento e noventa e três reais e trinta e seis centavos) a **R\$7.448,70** (sete mil quatrocentos e quarenta e oito reais e setenta centavos). Contudo, no presente caso foi aplicada uma penalidade de multa no valor de **R\$9.577,43** (nove mil quinhentos e setenta e sete reais e quarenta e três centavos).

Tal multa não pode prosperar haja vista que foi arbitrada **acima do valor máximo previsto pela legislação para o porte do empreendimento e natureza da infração em tela**, e ainda, pelo fato de que inexistem as circunstâncias agravantes previstas no **art.3º**,





inciso segundo, alíneas "a" a "i" da Deliberação Normativa nº64/2003.

Existindo elementos normativos a balizar a gradação da penalidade administrativa, a escolha pelo administrador de penalidade acima do mínimo implica na necessidade de exposição dos motivos para tanto, possibilitando assim o controle de legalidade do ato.

Nesse sentido, ante a ausência de fundamentação explícita acerca das agravantes previstas no dispositivo legal supracitado, a penalidade deveria ter sido aplicada em seu valor mínimo, qual seja **R\$ 3.193,36 (três mil cento e noventa e três reais)**.

Portanto, resta cristalino o fato de que, *in casu*, a administração pública passou ao largo do que determina a legislação em vigor, pois aplicou a penalidade com base em seus próprios fundamentos, afastando-se totalmente dos preceitos legais, sendo imperativa a revisão do valor da penalidade de multa aplicada.

3º) Da existência de situação atenuante:

Conforme preceitua o artigo 3º, inciso I, alínea "c" da Deliberação Normativa nº64/2003, são circunstâncias atenuantes:

" c) gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos e suas conseqüências para a saúde pública e para o meio ambiente;



UNIVERSUS
SOCIEDADE
DE ADVOGADOS

9

Rua Topázio, 37/casa 02. Bairro Prado.
CEP 30410-280. Belo Horizonte, MG.
Telefax (31) 3313 8045 - 3372 5000.
universus@veloxmail.com.br



Não consta dos autos qualquer demonstração de que a suposta infração teria causado conseqüências graves para a saúde pública ou para o meio ambiente. Outrossim, conforme dito anteriormente, o próprio **Auto de Fiscalização 001758/2003** atesta que o **forno possui sistema de tratamento anti-poluinte, consistindo de ciclone e lavador em conformidade com o RCA/PCA, concluindo que "tecnicamente o F-1 está de acordo com as prevenções ambientais e o local é adequado"**.

Em assim sendo, a atenuante supracitada é perfeitamente aplicável ao caso em tela.

4º) Da ofensa ao Princípio da Legalidade:

Induvidosa, portanto, a ofensa ao **Princípio da Legalidade**, o qual norteia os atos da Administração Pública, e encontra-se esculpido no **art.37 da Constituição Federal de 1988**.

Conforme restou demonstrado é clara a infringência ao texto legal, tendo em vista a inobservância aos dispositivos legais trazidos a escólio, sendo mister que a Administração reveja seus atos, declarando-os nulos.

Devemos, igualmente, levar em consideração que o objetivo implícito da legislação possui um caráter **eminente pedagógico e educativo**, procurando de sobremaneira se afastar do efeito puro e simples da aplicação da penalidade pela penalidade.



UNIVERSUS
SOCIEDADE
DE ADVOGADOS

30

\$

DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, a **Recorrente** requer:

I - Seja declarada a **INSUBSISTÊNCIA** e conseqüente **NULIDADE** do **Auto de Infração nº 002372/2005**, face a afronta ao que estatui o **artigo 16, incisos III do Decreto nº 39.424/98**;

II - Em não sendo este o entendimento requer-se:

a) Em entendendo-se pela aplicação de penalidade, requer-se a aplicação da pena de **ADVERTÊNCIA** com fulcro na **Lei Estadual nº 7.772/80**, que em seu **art. 16, inciso I**, determina que as infrações de que trata o **art. 15, INDISTINTAMENTE serão punidas inicialmente, com ADVERTÊNCIA, por escrito, ANTES** da efetivação das medidas indicadas, para o restabelecimento, no prazo fixado, das condições, padrões e normas pertinentes.

b) Acaso seja mantida a penalidade de multa, o que se admite por hipótese, apenas para continuar argumentando, requer que a mesma seja revista e arbitrada em seu valor mínimo, qual seja, **R\$ 3.193,36 (três mil cento e noventa e três reais)** haja vista a inexistência de situações agravantes;



UNIVERSUS
SOCIEDADE
DE ADVOGADOS

11

Rua Topázio, 37/casa 02. Bairro Prado.
CEP 30410-280. Belo Horizonte, MG.
Telefax (31) 3313 8045 - 3372 5000.
universus@veloxmail.com.br

31
d.

c) Requer o benefício do **artigo 21, §7º do Decreto 43.127/2002**, com a conversão da penalidade de multa em obrigação de execução de medias de interesse de proteção ambiental;

d)Requer seja firmado um **TERMO DE COMPROMISSO**, nos termos do **art.21, §2º do Decreto Estadual nº39.424/98**;

e) Por hipótese, em não sendo acatado nenhum dos argumentos expostos, requer-se o benefício de parcelamento previsto na **Deliberação Normativa DN COPAM nº 35, de 07 de julho de 1999**.

Pede Deferimento e juntada.

Belo Horizonte, 21 de novembro de 2005.


Pp.


Suzana Coulaud Matragrano da Costa Cruz
OAB/MG 58.700

Pp.


João Paulo Domenici de Britto
OAB/MG 74.468

Pp.


Thais Aparecida Mendonça
OAB/MG 84.900



UNIVERSUS
SOCIEDADE
DE ADVOGADOS

12

Rua Topázio, 37/casa 02. Bairro Prado.
CEP 30410-280. Belo Horizonte, MG.
Telefax (31) 3313 8045 - 3372 5000.
universus@veloxmail.com.br